

1 ASPECTOS GERAIS

Este texto tem como objetivo apresentar e discutir as informações recentes da conjuntura laboral brasileira, referentes ao segundo trimestre de 2023. Para isso, foram realizadas diversas tabulações de indicadores a partir de duas fontes de dados de abrangência nacional: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e o registro administrativo do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), divulgado mensalmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Os recortes temporais dos indicadores analisados variam de acordo com as características de suas trajetórias e da capacidade de identificação de fenômenos recentes do mercado de trabalho brasileiro que sejam relevantes para a discussão. Para evitar influências sazonais, foram priorizadas as comparações que levam em conta as taxas interanuais de variação – isto é, *vis-à-vis* o mesmo período do ano anterior – para os indicadores de mercado de trabalho analisados ao longo das seções.

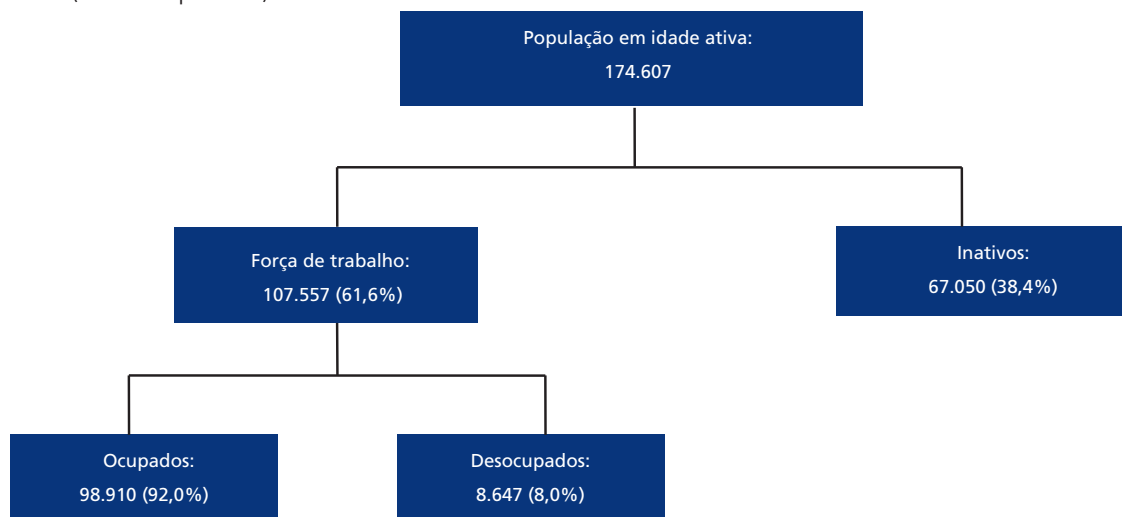
As análises estão organizadas em sete seções, incluindo esta introdução. Na seção 2, constam informações referentes a variações nos indicadores de ocupação e participação da força de trabalho no Brasil. Na seção 3, são analisados os dados de desocupação no agregado nacional e para diversos recortes populacionais, além de outras informações, como subocupação por insuficiência de horas e desocupação por desalento. Na seção 4, conduz-se a discussão para o nível setorial, verificando as condições de ocupação entre os principais setores de atividade na economia brasileira. Na seção 5, são fornecidos dados sobre o rendimento médio do trabalho no país, em nível domiciliar, entre setores e características populacionais, além de variações na massa de rendimentos nacional. Na seção 6, prossegue-se a discussão sobre rendimentos do trabalho, com foco nas desigualdades distributivas na sociedade. A última seção traz algumas considerações finais acerca das principais questões discutidas.

2 VARIAÇÕES NA OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

As pesquisas sobre mercado de trabalho no Brasil possuem, *grosso modo*, dois focos principais: i) a categoria dos ocupados, sob distintas dimensões de análise: formalização, posição na ocupação, distribuição setorial, rendimentos, exigências de qualificações, acesso a direitos etc.; e ii) a categoria dos desocupados, na qual são abordados os condicionantes do desemprego, o perfil dos indivíduos nessa condição e os problemas socioeconômicos acarretados pela desocupação. Tais elementos são discutidos nesta seção, tendo como referência o segundo trimestre de 2023, cujos principais agregados estão sintetizados na figura 1.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt76/analisedomercado>

FIGURA 1
Dimensão das categorias analíticas do mercado de trabalho – Brasil (2º trim. 2023)
 (Em 1 mil pessoas)



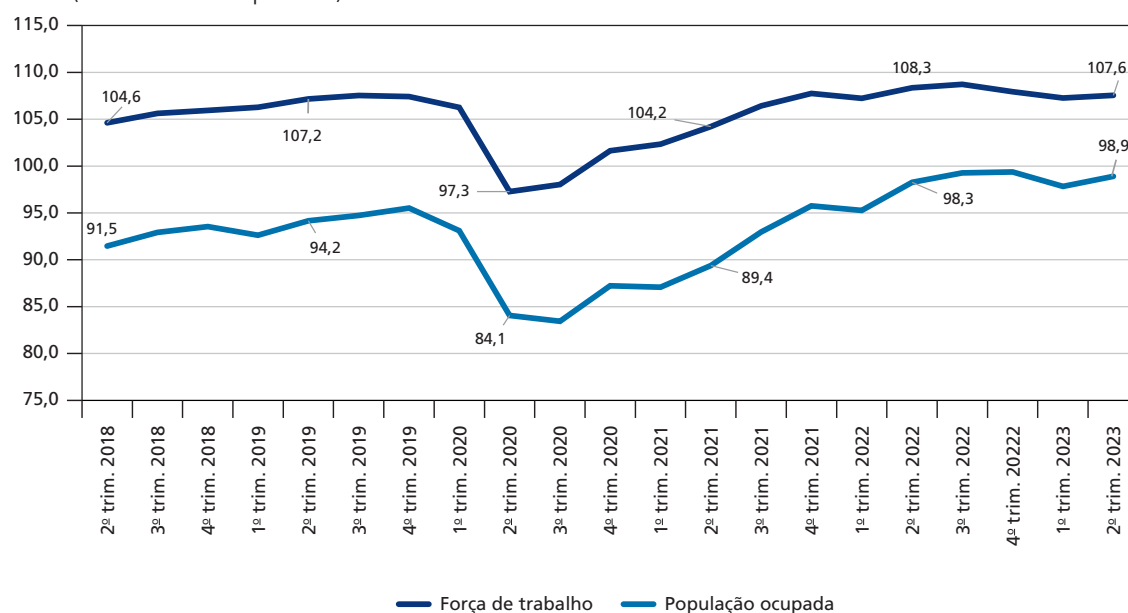
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
 Elaboração dos autores.

De acordo com as estatísticas da PNAD Contínua, o mercado de trabalho brasileiro segue em processo de recuperação. A força de trabalho total no país fechou o segundo trimestre de 2023 com 107,6 milhões de pessoas. Esse número corresponde a uma queda de 0,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, e ficou um pouco abaixo do total observado para o mês de março de 2020. Na comparação com a média observada no trimestre anterior, finalizado em março de 2023, houve uma ligeira elevação da força de trabalho 0,3%.

Com relação à população ocupada, que consiste no agregado de maior relevância para a análise estrutural do mercado de trabalho, o total ficou em 98,9 milhões de trabalhadores. Na comparação interanual, houve uma elevação correspondente a 1,2%, ou, em termos absolutos, 1,1 milhão de novos ocupados.

O gráfico 1 apresenta a evolução desses dois agregados do mercado de trabalho nacional – médias trimestrais da força de trabalho e da população ocupada –, visto que, quanto mais próximas estão as curvas, menor é o total de trabalhadores desocupados (ou seja, menor a taxa de desemprego na economia).

GRÁFICO 1
Força de trabalho e população ocupada no mercado de trabalho brasileiro (2º trim. 2018-2º trim. 2023)
 (Em 1 milhão de pessoas)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
 Elaboração dos autores.

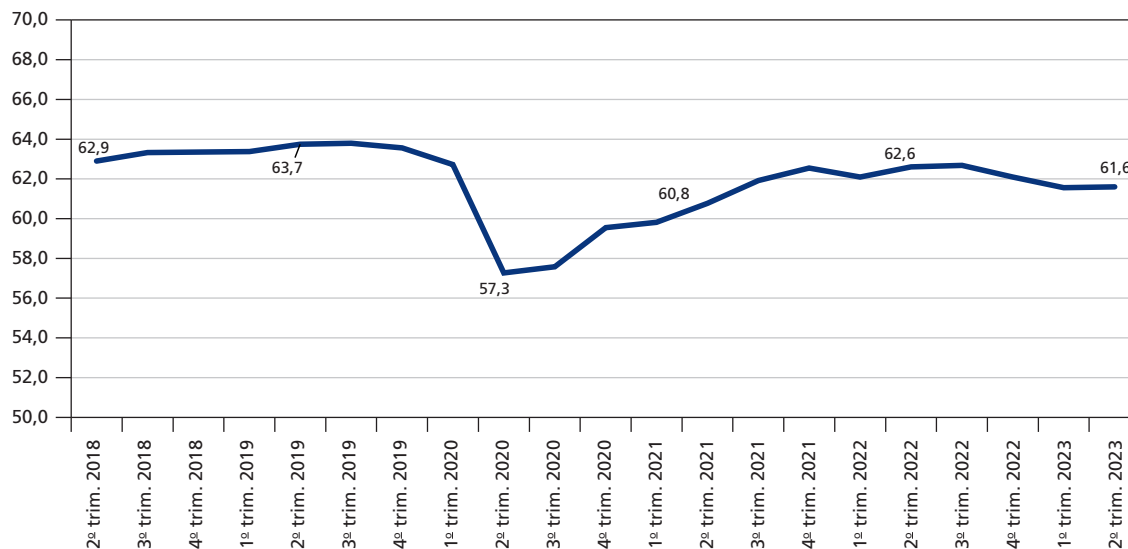
Por sua vez, como a população em idade ativa (PIA)² totalizou 174,6 milhões no segundo trimestre de 2023, a taxa de participação no mercado de trabalho brasileiro ficou em 61,6%, situando-se 1 ponto percentual (p.p.) abaixo do observado no mesmo período do ano anterior. Os dados recentes revelam que, após trajetória de queda durante o segundo semestre de 2022, esse indicador vem delineando um comportamento estável. Pelo gráfico 2, nota-se também que esse valor permanece abaixo da média observada nos trimestres anteriores à pandemia, quando se situava na casa de 63%.

2. Na PNAD Contínua, a PIA compreende o conjunto de todas as pessoas teoricamente aptas a exercer uma atividade econômica, entre 14 e 60 anos.

GRÁFICO 2

Taxa de participação da força de trabalho no Brasil (2º trim. 2018-2º trim. 2023)

(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

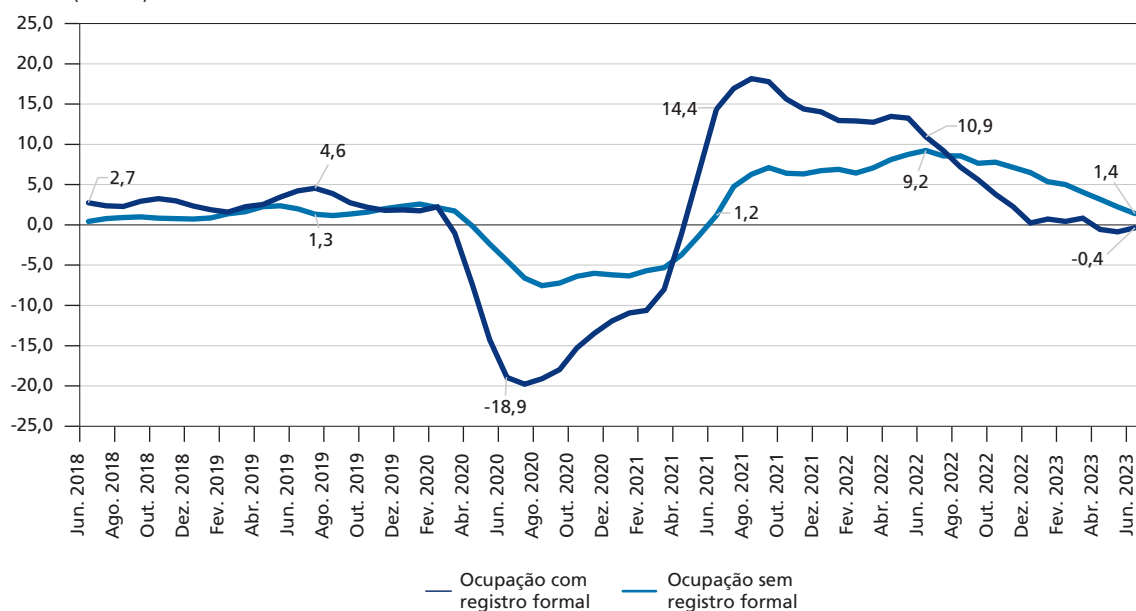
Elaboração dos autores.

Deve-se registrar, ainda, que esse crescimento interanual da ocupação tem ocorrido mais intensamente no segmento formal da economia (em sua concepção ampliada),³ com taxa de crescimento de 1,4% no fim do segundo trimestre de 2023, de acordo com os dados extraídos da PNAD Contínua, ainda que em ritmo decrescente em relação ao trimestre anterior. Ou seja, o segmento ocupacional formalizado no mercado de trabalho apresentou nesse trimestre uma taxa de crescimento superior, inclusive, à população ocupada como um todo. No caso do segmento informal,⁴ nessa mesma base de comparação, a população ocupada decaiu (-0,4%).

3. Existem diversas formas possíveis de determinar um conjunto de ocupações como formais. Para fins desta análise em particular, em um sentido mais ampliado do conceito de formalidade, a ocupação formal se baseia em uma concepção mais ampliada: compreende o trabalhador com registro em carteira nos setores privado e público, os militares e estatutários, o trabalho doméstico com carteira, o empregador com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e por conta própria com CNPJ.

4. Nesse caso, como o inverso da concepção ampliada de ocupação formal, a informal compreende o trabalhador sem carteira assinada nos setores privado e público, o trabalho doméstico sem carteira assinada, o empregador sem CNPJ, o por conta própria sem CNPJ e o trabalhador familiar auxiliar.

GRÁFICO 3
População ocupada por formalização do vínculo ocupacional: taxa mensalizada de crescimento interanual (jun. 2018-jun. 2023)
 (Em %)¹



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Médias móveis trimestrais.

De forma complementar, a tabela 1 desagrega os dados por condição na ocupação, tanto em termos absolutos do número de trabalhadores, quanto pelo percentual de cada categoria na composição total, para os segundos trimestres de 2018 a 2023, bem como do primeiro trimestre de 2023 para uma verificação de tendência recente. Percebe-se que o total de trabalhadores assalariados registrados formalmente (com carteira) segue como a maior parcela entre os ocupados, respondendo por pouco menos da metade (47,9%). Esse percentual é superior ao mesmo trimestre de 2022, que foi 47,2%, mas segue aquém do nível de formalização alcançado em momentos de maior dinamismo do mercado de trabalho brasileiro. Os dados demonstram também que o recuo no crescimento dos postos de trabalho informais é decorrente da queda na parcela dos trabalhadores por conta própria, única categoria que apresentou diminuição interanual, tanto em termos de participação relativa quanto absoluta, no segundo trimestre de 2023.

TABELA 1

População ocupada por posição na ocupação: valores absolutos, participação no total e taxas de variação interanual (2º trim. 2018-2º trim. 2023)

	Assalariados (com carteira assinada)	Assalariados (sem carteira assinada)	Conta própria	Empregador	Total
Valores absolutos (1 mil trabalhadores)					
2º trim. 2018	44.462,10	20.040,70	22.674,70	4.284,40	91.461,70
2º trim. 2019	45.121,80	20.863,10	23.866,40	4.307,60	94.159,00
2º trim. 2020	42.364,70	16.454,20	21.346,70	3.885,30	84.050,90
2º trim. 2021	42.678,00	18.343,80	24.643,10	3.719,40	89.384,30
2º trim. 2022	46.380,50	21.937,70	25.714,10	4.236,70	98.269,00
1º trim. 2023	47.197,10	21.276,70	25.193,50	4.157,80	97.825,00
2º trim. 2023	47.350,70	22.165,40	25.223,50	4.170,00	98.909,60
Participação no total (%)					
2º trim. 2018	48,6	21,9	24,8	4,7	100
2º trim. 2019	47,9	22,2	25,3	4,6	100
2º trim. 2020	50,4	19,6	25,4	4,6	100
2º trim. 2021	47,7	20,5	27,6	4,2	100
2º trim. 2022	47,2	22,3	26,2	4,3	100
1º trim. 2023	48,2	21,7	25,8	4,3	100
2º trim. 2023	47,9	22,4	25,5	4,2	100
Taxa de variação interanual (%)					
2º trim. 2018	-0,4	3,6	2,6	4,0	-
2º trim. 2019	1,5	4,1	5,3	0,5	-
2º trim. 2020	-6,1	-21,1	-10,6	-9,8	-
2º trim. 2021	0,7	11,5	15,4	-4,3	-
2º trim. 2022	8,7	19,6	4,3	13,9	-
1º trim. 2023	4,4	2,7	-0,4	1,5	-
2º trim. 2023	2,1	1,0	-1,9	-1,6	-

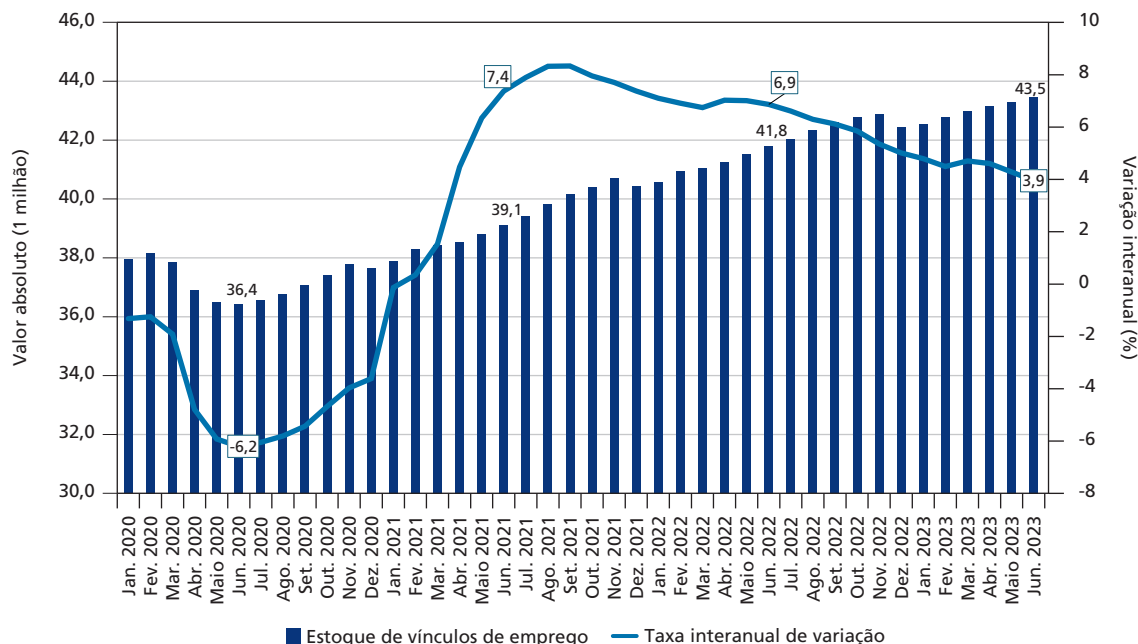
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

Assim como a pesquisa do IBGE, os dados do Novo Caged também retratam um cenário de crescimento da ocupação formal no país, ainda que em ritmo mais ameno. Segundo o levantamento do MTE, em junho de 2023, no acumulado em doze meses, a economia brasileira gerou 1,65 milhão de novas ocupações com carteira assinada. Dessa forma, o número de vínculos de emprego criado com registro em carteira no setor privado vem possibilitando a expansão do estoque de trabalhadores formais, que chegou a 43,5 milhões ao fim do segundo trimestre, o que representa alta de 3,9% na comparação interanual, conforme demonstra o gráfico 4.⁵

5. Para um retrato mais detalhado do mercado de trabalho por meio do exame da evolução das transições entre diferentes posições na ocupação dos indivíduos, ver Lameiras *et al.* (2023).

GRÁFICO 4
Estoque de vínculos de empregos formais no setor privado, em valor absoluto e variação interanual (jun. 2020-jun. 2023)



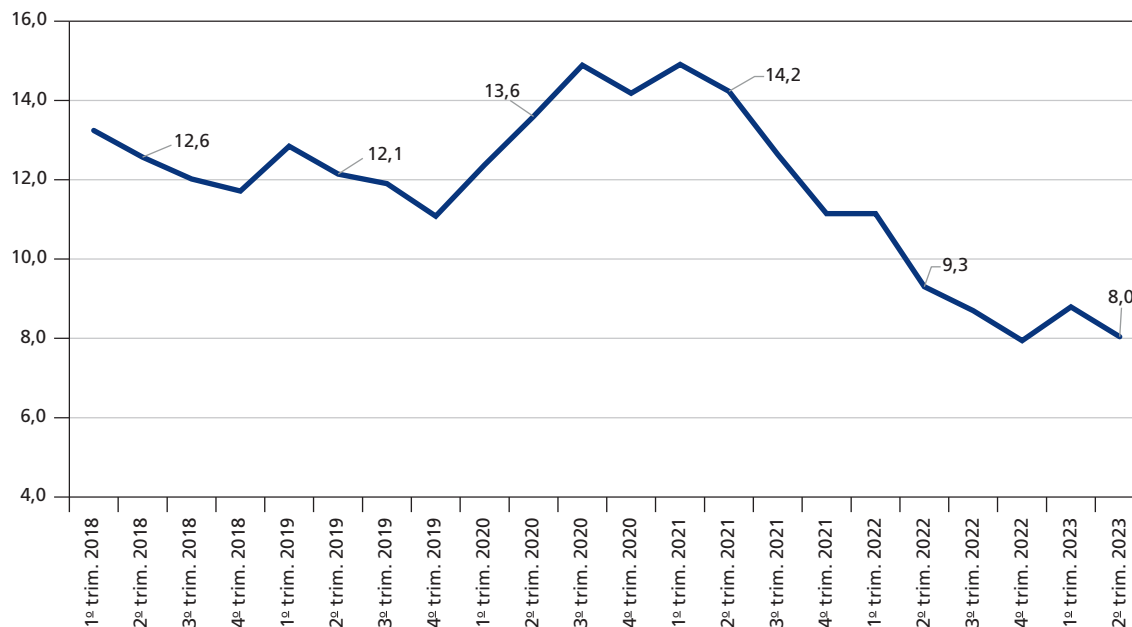
Fonte: Novo Caged/MTE. Disponível em: <https://bit.ly/3SBs2AK>.
 Elaboração dos autores.

3 ANÁLISE DA DESOCUPAÇÃO

Como resultado desse duplo movimento indicado anteriormente – elevação da população ocupada e queda na força de trabalho total no primeiro trimestre de 2023 *vis-à-vis* o mesmo período no ano anterior –, a taxa de desocupação ficou em 8,0%, o que indica uma diminuição de 1,3 p.p. na comparação interanual. Quando se atém à média móvel mensal, há certa estabilidade nesse indicador desde janeiro, com leve tendência de queda, como demonstram também os dados dessazonalizados apresentados em Lameiras *et al.* (2023).⁶ A despeito dessa informação, não se pode perder de vista que o país segue com mais de 8,6 milhões de indivíduos em situação de desemprego involuntário, ou seja, um contingente populacional nada desprezível a ser inserido no sistema produtivo nacional. O gráfico 5 ilustra essa variação na desocupação para o período mais recente.

6. Pelos dados mensais dessazonalizados, a desocupação, que se mantinha próxima a 8,5% desde dezembro passado, indicou queda em março de 2023, finalizando em 8,3%. Para o mês de abril, o indicador mostrou nova queda para 8,0%, atingindo seu menor patamar desde abril de 2015 (Lameiras *et al.*, 2023).

GRÁFICO 5
Taxa de desocupação da força de trabalho (1º trim. 2018-2º trim. 2023)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

Não obstante à relativa melhora na composição da estrutura ocupacional, com queda na comparação interanual da desocupação e elevação na participação dos trabalhadores registrados, o mercado de trabalho brasileiro também tem evidenciado um comportamento mais favorável de outros indicadores. Destacam-se, para fins deste estudo, os indicadores de subocupação da força de trabalho por insuficiência de horas⁷ e de trabalhadores na condição de desemprego por desalento,⁸ que constam, inclusive, nas metas do Brasil para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS),⁹ além de serem fatores relevantes no estudo sobre desigualdade de renda.¹⁰

No caso da taxa de subocupação, após alcançar patamar máximo em junho de 2021, iniciou-se uma trajetória de queda nesse indicador, encerrando o mês de junho em um patamar de 4,6%, valor este que é 1,4 p.p. abaixo daquele referente ao mesmo período do ano anterior.

7. Segundo o IBGE, o conceito de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas se refere à população que está trabalhando menos de quarenta horas semanais, mas tem disponibilidade e gostaria de trabalhar mais.

8. Partindo dos critérios estabelecidos pelo IBGE, os motivos associados ao desalento referem-se às seguintes categorias de respostas à pergunta sobre a razão de o indivíduo não ter buscado emprego na semana de referência: i) não conseguia trabalho adequado; ii) não tinha experiência profissional ou qualificação; iii) ser considerado muito jovem ou muito idoso; e iv) não havia trabalho na localidade.

9. Para uma discrição analítica das metas brasileiras na agenda dos ODS, mais precisamente o ODS 8 – trabalho decente e crescimento econômico –, ver Ipea (2018; 2019; 2020).

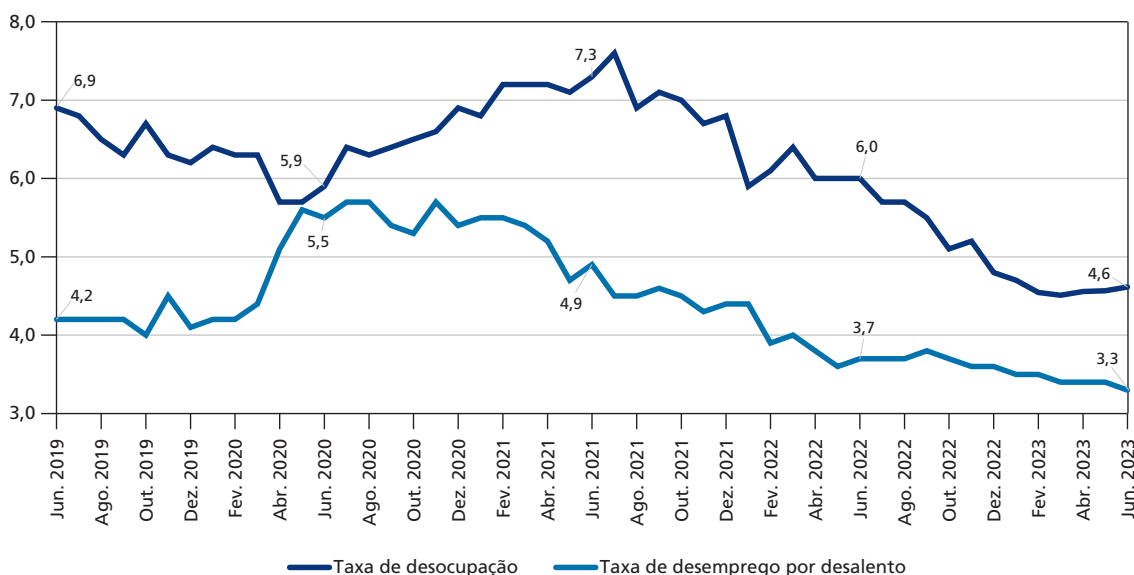
10. Sobre a relação dessas categorias de análise com a desigualdade de renda do trabalho no Brasil, ver Barbosa (2019).

Em termos absolutos, a retração da população subocupada nesse período totalizou 1,5 milhão de trabalhadores (de 6,6 milhões em junho de 2022 para 5,1 milhões em junho de 2023).

Sobre esse ponto, vale ressaltar ainda que a ocorrência da subocupação não é restrita a ocupações informais. Há outros tipos de contratos de trabalho, devidamente formalizados, que comportam jornadas semanais inferiores a quarenta horas. A reforma trabalhista ocorrida em 2017 (Lei nº 13.467/2017) expandiu o leque de possibilidades a serem utilizadas pelos empregadores para a utilização desses contratos, além de criar novos, como no caso do “contrato de trabalho intermitente”, em que o trabalhador não tem nenhuma garantia da quantidade de horas e, conseqüentemente, do valor a receber ao fim do mês (Oliveira e Silva, 2023).

De forma análoga aos dados sobre subocupação, o número de trabalhadores na condição de desemprego por desalento tem mantido trajetória recente favorável, fechando o segundo trimestre de 2023 em 3,3%, valor 0,4 p.p. menor na comparação interanual. Em junho de 2023, o contingente de indivíduos fora da força de trabalho por motivo de desalento ficou em torno de 3,5 milhões, o menor valor para esse índice desde agosto de 2016. O gráfico 6 ilustra a evolução recente para esses dois indicadores.

GRÁFICO 6
Taxa de subocupação por insuficiência de horas e de desalento (jun. 2019-jun. 2023)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
Elaboração dos autores.

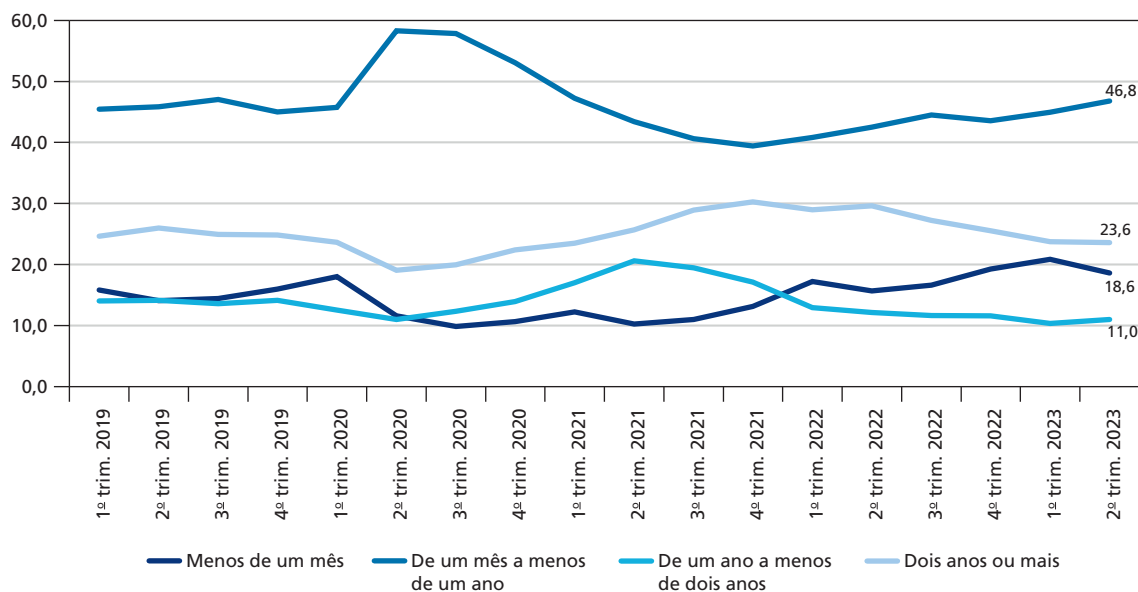
Outro aspecto relevante de análise diz respeito ao tempo médio de espera dos indivíduos por um reposicionamento (ou posicionamento, no caso do primeiro emprego) no mercado de trabalho, ou seja, o tempo médio em que os trabalhadores desempregados involuntariamente passam nessa condição. Pelo gráfico 7, nota-se que a maior parcela da população desocupada

(46,8%) no primeiro trimestre de 2023 mantém uma espera entre um mês e um ano. Para o grupo daqueles que conseguem rápido (re)posicionamento – isto é, em menos de um mês –, a participação relativa diminuiu no último trimestre, fechando a série em 18,6%. Os dados permitem verificar também a participação do contingente de desocupados de longo prazo, considerados neste estudo como aqueles que se mantêm nessa condição por mais de um ano. No primeiro trimestre de 2023, esse percentual agregado ficou em 34,6%, correspondente à soma do grupo dos desocupados entre um e dois anos (11,0%); e dois anos ou mais (23,6%). Esse valor representa uma queda de 7,2 p.p. em relação ao mesmo período de 2022. Porém, houve crescimento de 0,5 p.p. na taxa de desemprego de longo de prazo obtida no trimestre anterior, que, desconsiderando o período da pandemia (2020 e 2021), marcada pela queda maciça nas taxas de participação da força de trabalho, foi o menor índice desde o terceiro trimestre de 2015.

GRÁFICO 7

Taxa de desocupação por tempo de espera (1º trim. 2019-2º trim. 2023)

(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

A despeito da trajetória interanual de melhora desse indicador, não se pode desconsiderar o fato de que o percentual observado totaliza, em números absolutos, algo em torno de 3 milhões de indivíduos na condição de desemprego há mais de um ano no país. Isso indica um desafio que segue bastante complexo para a redução da desocupação, pois esse período pode resultar em perda relativa de capital humano e desatualização tecnológica em relação às exigências ocupacionais. Assim sendo, quanto maior o período de desocupação de um indivíduo, maiores as dificuldades de reinserção. Isso faz com que a inclusão laboral dessa parcela

da população em situação de convivência mais prolongada com o desemprego exija esforços estruturados e coordenados em termos de políticas públicas, de curto, médio e longo prazos.

Em uma análise desagregada da desocupação no Brasil, os dados extraídos da PNAD Contínua reforçam as informações anteriores ao mostrarem que, no segundo trimestre de 2023, houve recuo significativo do desemprego com relação ao mesmo período do ano anterior, para todos os segmentos elencados.

Na abertura regional, os dados mostram que, em termos absolutos, embora o Nordeste (empatado com o Sudeste) tenha apresentado a maior queda no período (1,4 p.p.), essa região ainda registra a taxa de desocupação mais elevada (11,3%). A maior retração, em termos relativos, foi observada na região Centro-Oeste, cuja taxa da desocupação passou de 7,0% para 5,7%, mantendo-se como a segunda menor taxa entre as regiões brasileiras. As diferenças no nível de desocupação entre as regiões chamam atenção pelo fato da enorme disparidade territorial que o país possui, fato que não pode ser negligenciado em qualquer que seja a estratégia de desenvolvimento a ser adotada.

O recorte por gênero revela que, na comparação interanual, a magnitude da queda do desemprego foi superior entre as mulheres, ao cair de 11,6% para 9,6%. Entre os homens, o recuo observado foi de 7,5% para 6,9%. Apesar dessa retração, nota-se a prevalência da desigualdade de gênero na estrutura laboral brasileira, em que a taxa de desocupação dos homens refere-se a cerca de dois terços da taxa observada entre as mulheres.

Em termos raciais, houve um movimento distinto, de modo a acentuar a desigualdade existente. A queda da desocupação entre os indivíduos brancos foi de 1,1 p.p. (de 7,3% para 6,2%), enquanto para os não brancos (pretos, pardos e indígenas) a queda foi de apenas 0,6 p.p. (de 10,9% para 9,5%), revertendo assim a trajetória anterior de diminuição na discrepância desse indicador. Logo, apesar da queda em termos absolutos, o nível de desocupação dos indivíduos não brancos encerrou o período em um nível relativo ainda maior, o que evidencia também um componente racial persistente na desigualdade de acesso ao mercado de trabalho brasileiro.

A abertura por idade mostra que, no primeiro trimestre de 2023, todos os segmentos etários registraram recuo quanto à taxa de desocupação, na comparação interanual. Em termos absolutos, embora também tenha havido expressiva desaceleração, a taxa de desocupação de 16,6% entre os trabalhadores mais jovens (de 18 a 24 anos) se mantém consideravelmente acima das demais faixas etárias.¹¹ Na outra ponta, a desocupação dos trabalhadores mais idosos segue bem abaixo das demais, com taxa de 3,4%. Vale destacar que, nos grupos etários mais baixos, a queda da desocupação ocorre muito mais por conta da desaceleração no crescimento da força de trabalho do que pela expansão da população ocupada.¹²

Por fim, a desagregação por nível educacional revela que a desocupação dos trabalhadores com ensino médio completo segue como a mais alta (13,6%) entre todos os recortes

11. Além da desocupação, há também o problema do número de jovens que não trabalham nem estudam, considerado na literatura como condição "nem-nem". Sobre isso, ver Ciríaco *et al.* (2022).

12. Para uma análise da trajetória recente da força de trabalho e da população ocupada por faixa etária, ver Lameiras *et al.* (2023).

considerados, ao passo que a mais baixa está no grupo com ensino superior (4,9%). Ainda de acordo com os dados da PNAD Contínua, nos segmentos menos escolarizados, o recuo da taxa de desocupação tem ocorrido mesmo em um contexto de queda da população ocupada, beneficiada pela retração ainda mais intensa da força de trabalho. Em contrapartida, a desocupação dos trabalhadores com ensino superior reflete uma alta mais intensa da ocupação comparativamente à da força de trabalho.¹³

A tabela 2, na sequência, sintetiza esses dados desagregados de desocupação no mercado de trabalho brasileiro para os trimestres mais recentes.

TABELA 2
Taxa de desocupação desagregada: variação interanual (1º trim. 2021-2º trim. 2023)
(Em %)

	2021				2022				2023	
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.
Brasil	14,9	14,2	12,6	11,1	11,1	9,3	8,7	7,9	8,8	8,0
Centro-Oeste	12,8	11,6	9,8	8,4	8,5	7,0	6,5	6,2	7,0	5,7
Nordeste	18,9	18,4	16,4	14,7	14,9	12,7	12,0	10,9	12,2	11,3
Norte	15,0	14,1	12,0	11,2	11,7	8,9	8,2	8,1	9,1	8,1
Sudeste	15,3	14,6	13,1	11,2	11,1	9,3	8,7	7,9	8,6	7,9
Sul	8,7	8,2	7,5	6,7	6,5	5,6	5,2	4,5	5,0	4,7
Masculino	12,2	11,6	10,1	9,0	9,1	7,5	6,9	6,5	7,2	6,9
Feminino	18,5	17,7	15,9	13,9	13,7	11,6	11,0	9,8	10,8	9,6
De 18 a 24 anos	30,0	28,5	25,7	22,8	22,8	19,3	18,0	16,4	18,0	16,6
De 25 a 39 anos	14,1	13,2	11,5	10,1	10,2	8,3	7,8	7,1	8,2	7,4
De 40 a 59 anos	9,6	9,5	8,2	7,2	7,1	6,0	5,6	5,3	5,6	5,3
Mais de 59 anos	5,9	5,6	5,4	4,4	4,3	4,0	3,7	3,4	3,9	3,4
Branco	12,1	11,7	10,3	9,0	8,9	7,3	6,8	6,2	6,8	6,2
PPI ¹	17,3	16,3	14,5	12,9	12,9	10,9	10,2	9,4	10,4	9,5
Fundamental incompleto	14,0	13,8	12,1	10,9	10,8	8,9	8,7	8,3	8,5	7,8
Fundamental completo	15,8	15,7	14,0	13,3	12,2	10,4	10,1	9,3	10,1	9,6
Médio incompleto	24,2	22,7	20,1	18,4	18,3	15,3	15,3	13,9	15,2	13,6
Médio completo	17,1	16,2	14,4	12,6	12,7	10,6	9,7	8,5	9,9	9,2
Superior	10,3	9,4	8,2	6,7	7,1	5,9	5,3	4,9	5,6	4,9

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Preto, pardo e indígena.

13. Para uma análise da trajetória recente da força de trabalho e da população ocupada por nível de escolaridade, ver Lameiras *et al.* (2023).

4 EMPREGO SETORIAL

Esta seção traz informações a respeito da taxa de crescimento interanual do emprego por setor de atividade econômica, a partir dos dados extraídos tanto da PNAD Contínua quanto do Novo Caged. Como será possível notar, a melhora da ocupação no Brasil vem ocorrendo em praticamente todos os setores de atividade, ainda que em intensidades distintas.

Para início de análise, a tabela 3 apresenta os números referentes à composição setorial da população ocupada nacional, segundo critérios de agregação da PNAD Contínua, para os primeiros trimestres dos últimos três anos, o que permite verificar sua evolução recente.

TABELA 3
Composição da população ocupada, por setor de atividade

Setor de atividade	População ocupada Total por setor (1 mil pessoas)			Participação relativa de cada setor sobre o total (%)		
	2º trim. 2021	2º trim. 2022	2º trim. 2023	2º trim. 2021	2º trim. 2022	2º trim. 2023
Agropecuária	8.839,3	8.781,1	8.340,8	9,9	8,9	8,4
Indústria extrativa	436,9	515,4	528,1	0,5	0,5	0,5
Indústria de transformação	10.392,2	11.388,0	11.442,0	11,6	11,6	11,6
Siup ¹	649,7	751,0	732,6	0,7	0,8	0,7
Construção civil	6.734,4	7.486,9	7.141,8	7,5	7,6	7,2
Comércio	16.600,4	18.956,4	18.806,5	18,6	19,3	19,0
Informática, financeira, serviços a empresas	11.113,7	11.680,8	12.031,8	12,4	11,9	12,2
Transporte	4.652,5	5.115,5	5.336,6	5,2	5,2	5,4
Serviços pessoais	4.310,0	5.115,6	5.251,2	4,8	5,2	5,3
Administração pública	5.003,2	5.091,7	5.178,7	5,6	5,2	5,2
Saúde e educação	11.198,7	12.002,7	12.708,6	12,5	12,2	12,9
Alojamento e alimentação	4.421,3	5.440,7	5.497,7	5,0	5,5	5,6
Serviços domésticos	4.965,5	5.896,3	5.876,0	5,6	6,0	5,9
Total	89.317,8	98.222,0	98.872,2	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Serviços industriais de utilidade pública.

Conforme demonstrado pelos números da tabela 3, o setor de comércio segue com a maior participação percentual, com 19,0% do total, com pequena queda em relação à sua participação no ano anterior. Ou seja, algo próximo a um em cada cinco trabalhadores brasileiros ocupados estão cumprindo atividades de comércio, o que indica a relevância desse setor para o agregado das ocupações no país. O setor da indústria de transformação, de grande relevância para a dinâmica econômica nacional, fechou o segundo trimestre de 2023 com participação estável, 11,6%.

Em valores absolutos, o setor que mais adicionou trabalhadores à ocupação, no intervalo de doze meses, foi o de saúde e educação (a exemplo do que havia ocorrido no trimestre anterior), com expansão de aproximadamente 706 mil indivíduos entre o segundo trimestre de 2022 e 2023. Em seguida, veio o de informática, que registrou crescimento de 351 mil pessoas ocupadas no período.

Assim como o próprio setor de comércio, os setores de alojamento e alimentação, serviços pessoais e serviços domésticos (ainda que esse último tenha indicado ligeira queda interanual no último trimestre) também se destacaram no período considerado na tabela 3. Tal fato pode ser encarado como consequência da recuperação do mercado de trabalho pós-pandemia de covid-19, uma vez que eles estiveram justamente entre os mais afetados pela queda na atividade econômica desse período (Silva, Corseuil e Costa, 2022).¹⁴

Entre os que tiveram perdas mais significativas no total da ocupação, chama-se atenção para dois deles. O setor da agropecuária, após chegar a ter 9,9% do total da ocupação no país em 2021, encerrou o segundo trimestre de 2023 com 8,4% e variação interanual negativa de 440 mil postos de trabalho. A construção civil retrocedeu de 7,6% para 7,2% nos últimos doze meses, ante uma queda em torno de 350 mil trabalhadores em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Como a construção civil é bastante sensível ao nível de investimentos da economia, resta verificar se os movimentos recentes na queda da taxa básica de juros do Banco Central trarão algum efeito na recuperação da ocupação nesse setor nos próximos meses.

A tabela 4 permite mais detalhamentos sobre as taxas de variação da população ocupada em cada um dos setores agregados. Verifica-se que a evolução positiva observada entre o segundo trimestre de 2022 e o de 2023 é resultante da melhora no nível de emprego na maioria dos segmentos (oito setores em um total de treze). Os destaques ficaram por conta dos setores de saúde e educação (5,9%) e transporte (4,3%), com as taxas de variação mais elevadas na comparação interanual. As exceções ficaram por conta de agropecuária e construção civil, conforme destacado, e, em menor grau, comércio, serviços domésticos e Siup, que tiveram variação negativa no período. Vale ressaltar que a agropecuária completou o quinto trimestre consecutivo de queda interanual da ocupação, o que expressa a necessidade de estudos específicos para melhor compreensão dessa trajetória.

Apesar disso, quando comparados às taxas interanuais registradas no trimestre anterior, os resultados indicam desaceleração em onze dos treze setores contemplados. Entre aqueles que registraram desaceleração mais expressiva do crescimento interanual do emprego estão construção civil (de -0,8% para -4,6%); transporte (de 7,9% para 4,3%); informática/finanças (6,0% para 3,0%); comércio (de 3% para -0,8%); e indústria extrativa (de 8,4% para 2,5%). Em contrapartida, os dois setores que apresentaram taxas de crescimento anual do emprego melhores que aquelas obtidas no trimestre anterior são: administração pública, que cresceu de 1,5% para 1,7%; e agropecuária, que ao menos reduziu, ainda que levemente, o ritmo de queda de -5,2% para -5,0%.

14. Para uma análise anterior sobre a dinâmica setorial do mercado de trabalho brasileiro, ver Corseuil *et al.* (2022).

TABELA 4
População ocupada por setores: variação interanual (1º trim. 2021-2º trim. 2023)
 (Em %)

	2021				2022				2023	
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.
Agropecuária	3,6	11,2	9,7	4,5	2,5	-0,7	-3,6	-4,4	-5,2	-5,0
Indústria extrativa	-11,6	-4,8	5,0	12,1	9,8	18,0	13,0	16,3	8,4	2,5
Indústria de transformação	-5,2	5,3	12,8	9,1	8,2	9,6	3,6	3,1	2,1	0,5
Siup	-19,2	-18,6	-13,0	8,1	6,5	15,6	4,8	-1,1	-2,0	-2,5
Construção civil	-2,5	22,2	20,1	17,4	12,7	11,2	2,7	-1,3	-0,8	-4,6
Comércio	-8,2	6,1	13,4	11,6	12,2	14,2	7,8	4,0	3,0	-0,8
Informática, financeira, serviços a empresas	0,9	9,1	10,4	7,2	4,0	5,1	6,9	4,4	6,0	3,0
Transporte	-9,0	4,6	12,6	10,0	10,4	10,0	9,2	10,0	7,9	4,3
Serviços pessoais	-17,4	3,5	8,8	14,7	19,5	18,7	24,0	9,8	4,3	2,7
Administração pública	-3,0	-3,0	-3,7	-2,4	2,6	1,8	8,8	3,7	1,5	1,7
Saúde e educação	-0,6	-0,2	4,3	3,1	1,5	7,2	8,5	8,9	6,5	5,9
Alojamento e alimentação	-26,3	8,8	26,5	23,9	32,5	23,1	8,5	3,5	1,8	1,0
Serviços domésticos	-18,6	9,0	21,3	21,7	19,4	18,7	9,6	2,1	1,2	-0,3

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

Ao verificar a variação interanual da ocupação setorial de acordo com a posição na ocupação, descrita em sequência na tabela 5, mesmo entre os setores com redução no ritmo de expansão do emprego, houve relativa melhoria na qualidade do emprego. Os dados apontam que o emprego com registro em carteira foi a modalidade com maior crescimento anual em relação ao mesmo trimestre de 2022 (crescimento de 3,7% pelo Novo Caged e 2,1% de acordo com a PNAD Contínua). De fato, todos os setores apresentaram crescimento nesse quesito, de acordo com os dados do Novo Caged (primeira coluna), com destaque para: informática, financeira e serviços a empresas (397,1 mil); comércio (317,1 mil); construção civil (177,2 mil); saúde e educação (158,6 mil); e indústria de transformação (140,6 mil). Quanto aos dados da PNAD Contínua (segunda coluna), as exceções ficaram por conta de administração pública, que se manteve estável; e Siup, que caiu 3,0%. Um ponto digno de nota é que toda a queda absoluta de empregos na agropecuária e na construção, conforme descrito nos parágrafos anteriores, ocorreu em função da forte queda na ocupação informal (sem carteira e por conta própria), uma vez que ambos demonstraram elevação na variação interanual para os empregos formais, isto é, registrados em carteira de trabalho.

TABELA 5
População ocupada por setores e posição na ocupação: variação interanual (2º trim. 2023)
 (Em %)

Setores de atividade	Novo Caged ¹	PNAD Contínua		
		Assalariado (com carteira)	Assalariado (sem carteira)	Conta própria
Agropecuária	4,0	4,5	-8,0	-7,6
Indústria extrativa	3,9	3,6	-9,4	-0,8
Indústria de transformação	2,0	2,6	2,6	-7,1
Siup	2,1	-3,0	7,2	-41,1
Construção civil	10,9	0,2	-6,2	-5,8
Comércio	3,6	2,6	-2,2	-5,6
Informática, financeira, serviços a empresas	5,7	0,2	9,1	9,6
Transporte	5,7	3,8	-3,1	7,8
Serviços pessoais	7,2	11,6	1,1	1,7
Administração pública	1,1	0,0	7,2	-
Saúde e educação	2,0	2,0	16,9	9,3
Alojamento e alimentação	9,0	5,1	1,7	-3,1
Serviços domésticos	-	1,3	-0,9	-
Total	3,7	2,1	1,0	-1,9

Fontes: PNAD Contínua/IBGE (<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua>) e Novo Caged/Ministério da Economia (<http://pdet.mte.gov.br/microdados-rais-e-caged>).

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Os registros do Novo Caged cobrem apenas os vínculos de trabalho assalariado com carteira.

Por fim, a tabela 6 e o gráfico 8 trazem informações sobre o percentual de formalização da população ocupada no Brasil, por setor de atividade econômica, para os três últimos períodos de comparação interanual. Pode-se perceber que, no total, a taxa de formalização no mercado de trabalho do Brasil encontra-se abaixo de 50%. Ou seja, mais da metade da população ocupada segue sem registro formal, ainda que tenha havido uma pequena recuperação na comparação com o segundo trimestre de 2022. Entre os setores, aqueles com maiores índices de formalização de sua força de trabalho são ligados à atividade industrial – indústria extrativa (86,6%), Siup (79,7%) e indústria de transformação (66,6%) –, bem como os de administração pública (75%) e saúde e educação (67,7%), ambos com mais de dois terços de sua força de trabalho ocupada em condição formalizada. No outro extremo, os setores de serviços pessoais (17,8%); agropecuária (19,9%); construção civil (23,9%); serviços domésticos (25,9%); e alojamento e alimentação (32,6%) apresentam os menores percentuais, com menos de um terço de sua força de trabalho formalizada.¹⁵

15. Sobre a informalidade do trabalho no Brasil, ver Nogueira (2018) e Nogueira e Carvalho (2021).

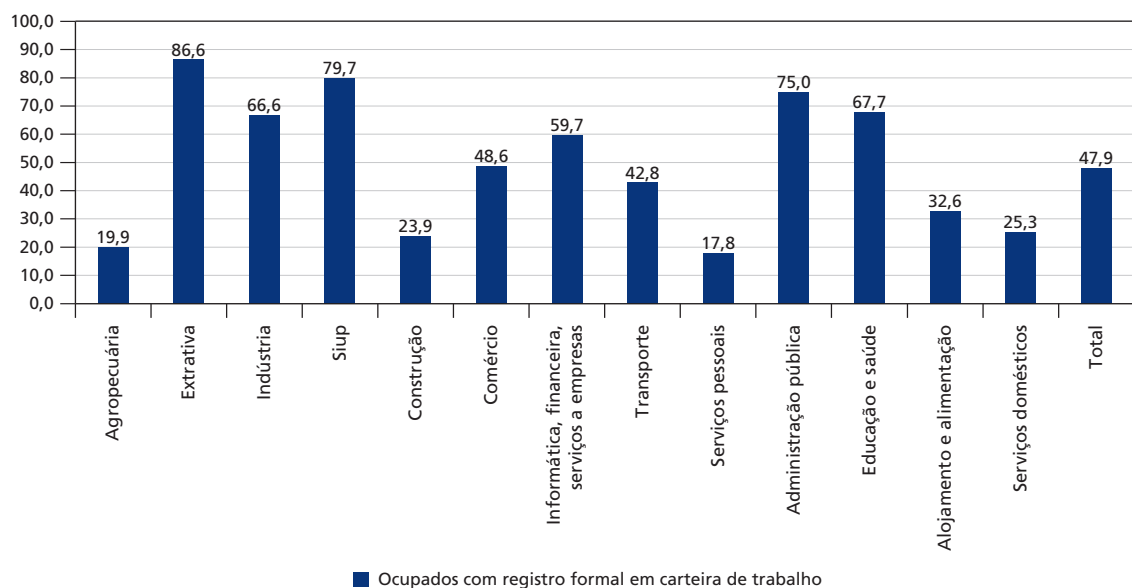
TABELA 6
População ocupada formalizada, por setor de atividade: participação relativa no total
 (Em %)

Setores de atividade	2º trim. 2021	2º trim. 2022	2º trim. 2023
Agropecuária	16,6	18,1	19,9
Indústria extrativa	87,2	85,6	86,6
Indústria de transformação	64,8	65,2	66,6
Siup	79,2	80,2	79,7
Construção civil	21,0	22,8	23,9
Comércio	47,5	47,0	48,6
Informática, financeira, serviços a empresas	60,8	61,4	59,7
Transporte	43,2	43,0	42,8
Serviços pessoais	16,3	16,4	17,8
Administração pública	79,6	76,3	75,0
Saúde e educação	73,6	70,2	67,7
Alojamento e alimentação	29,7	31,3	32,6
Serviços domésticos	26,5	24,7	25,9
Total	47,7	47,2	47,9

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 8
Participação relativa da ocupação formalizada, por setor de atividade (2º trim. 2023)
 (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

Desse modo, a desagregação setorial do mercado de trabalho brasileiro, conforme apresentado nesta seção, traz à tona dois canais que permitem explicar o crescimento mais elevado da ocupação formal em relação à população ocupada como um todo. O primeiro canal consiste em que, a partir de uma análise intersetorial, houve crescimento menor ou mesmo queda da ocupação entre aqueles setores com maior percentual de informalidade – a exemplo de agropecuária, construção civil e serviços domésticos (tabelas 3, 4 e gráfico 8). O segundo canal diz que, sob uma análise intrasetorial, esses mesmos setores também tiveram movimentação superior da ocupação formal em sua composição, elevando, na comparação interanual, o nível de formalização de sua força de trabalho (tabelas 5 e 6).¹⁶

Vale mencionar que o grau de formalização da ocupação é um indicador de grande relevância em função de sua conexão com a estrutura estatal de proteção social, especialmente os programas do sistema público de emprego e do sistema previdenciário, que compõem o modelo nacional de Estado de bem-estar social (Silva, 2020).

Apesar disso, a estrutura laboral brasileira é bastante complexa e não se atém apenas na dicotomia entre formal e informal. Além do fato de a Previdência Social possibilitar que trabalhadores por conta própria e assalariados sem carteira sejam contribuintes individuais, há uma série de outras atividades com diferentes tipos de institucionalização que também precisam ser consideradas com vistas à garantia de oportunidades de trabalho decente a toda população. Nesse rol de alternativas, encontram-se as experiências de economia solidária, baseadas na organização associativa e autogestionária de trabalhadores com vistas à geração de renda e à consolidação de projetos de desenvolvimento local (Silva, 2022). Porém, a falta de estatísticas mais precisas sobre essas dinâmicas laborais dificulta uma análise mais agregada de sua composição no território nacional, o que exige novos projetos específicos de pesquisa para contemplar essa lacuna.

5 RENDA MÉDIA DO TRABALHO E MASSA DE RENDIMENTOS

A trajetória da renda média do trabalho no Brasil tem apresentado fortes variações no período recente, fundamentalmente em função dos impactos na dinâmica laboral causados pela pandemia de covid-19 a partir do início de 2020. Nos primeiros meses da pandemia, o que se observou foi o crescimento expressivo da renda média por um efeito composição do mercado de trabalho, originado por duas fontes distintas. Por um lado, grande quantidade de empregos de menor remuneração, em especial os informais, desapareceram do mercado de trabalho brasileiro, enquanto aqueles de maior remuneração apresentaram maior capacidade de manutenção, fazendo com que a média dos rendimentos aumentasse.¹⁷ Por outro, após o segundo trimestre de 2020, a PNAD Contínua realizava suas entrevistas por telefone, o que causou aumento da não resposta na pesquisa. Tendo em vista que tais impactos não estavam aleatoriamente distribuídos na amostra, tal fato pode ter afetado os resultados, causando um viés de seleção dos entrevistados.¹⁸

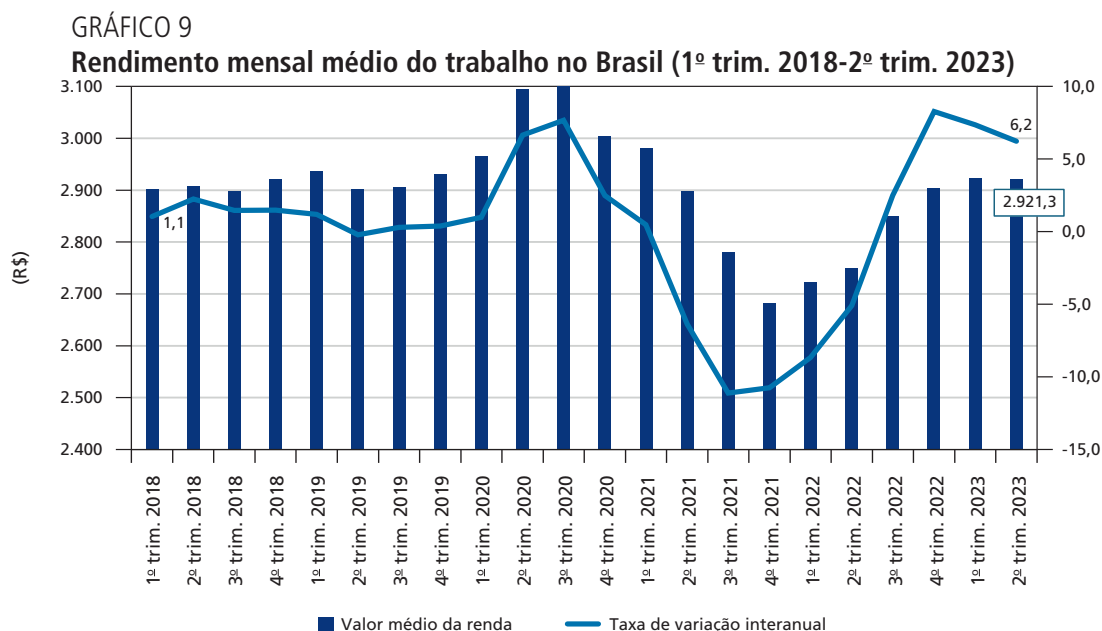
16. Para uma comparação com os dados referentes ao primeiro trimestre de 2023, ver Silva *et al.* (2023).

17. Nos setores de construção, comércio e alojamento e alimentação, além dos empregados sem carteira assinada e, principalmente, trabalhadores por conta própria (Silva, Corseuil e Costa, 2022).

18. Um exemplo do impacto do aumento da não resposta está disponível em Corseuil e Russo (2021).

Esse movimento foi sendo revertido à medida que o nível de ocupação se restabelecia aos níveis pré-pandemia no trimestre final de 2020.¹⁹ Contudo, a renda habitual média manteve-se em queda no início de 2021, sobretudo em razão da demora no restabelecimento do programa de transferência emergencial de renda.²⁰ Com isso, o índice saiu de um pico no trimestre móvel encerrado em julho de 2020 (R\$ 3.129) até atingir R\$ 2.682 no último trimestre de 2021. Daí em diante, houve nova e contínua recuperação, finalizando a série de análise em um patamar próximo, em valores reais, daquele observado no trimestre anterior à pandemia: em termos comparativos, a renda média do segundo trimestre de 2023 situou-se 0,4% abaixo do observado no quarto trimestre de 2019.

Dado esse preâmbulo conjuntural, o gráfico 9 apresenta as médias do rendimento mensal do trabalho no Brasil (em valores deflacionados para maio de 2023), que permitem compreender melhor sua trajetória recente de recuperação. Os dados do segundo trimestre de 2023 revelam que a trajetória de recuperação observada ao longo de 2022 se mantém. O crescimento interanual da renda média mensal foi de 6,2%, com leve desaceleração em relação ao trimestre anterior, que havia alcançado incremento de 7,4%. Em termos monetários, a renda média atingiu R\$ 2.921 no segundo trimestre de 2023, mantendo-se estável em relação ao trimestre anterior.²¹



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Valores deflacionados para maio de 2023.

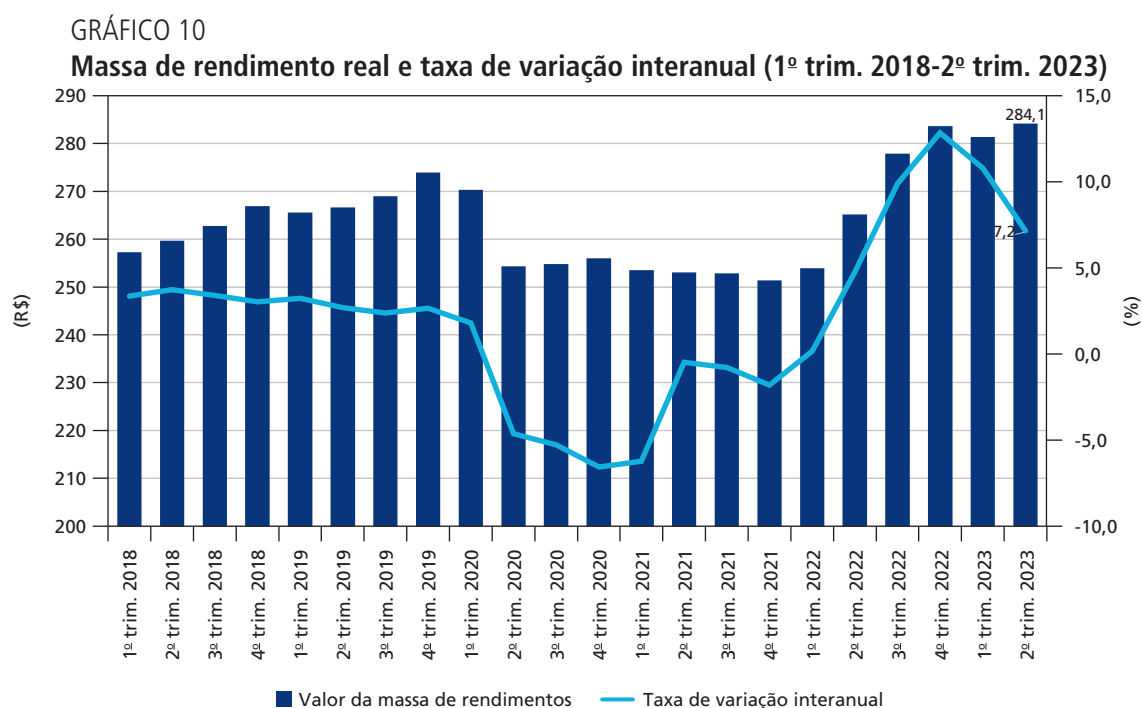
2. R\$ em valor absoluto.

19. Evidências de que os trabalhadores informais foram os mais impactados pela perda de ocupação imediatamente após o início da pandemia, mas que também foram os que mais rapidamente retornaram ao trabalho, estão disponíveis em Carvalho *et al.* (2020).

20. Sobre os programas sociais de transferência de renda durante a pandemia, ver Corseuil e Costa (2022).

21. Para estimativas mensais dessazonalizadas da renda habitual e efetiva reais, ver Carvalho (2023).

No agregado da renda habitual dos trabalhadores brasileiros, os dados plotados no gráfico 10 indicam que a média mensal da massa de rendimentos (incluindo retornos salariais e ganhos declarados de empregadores) fechou em R\$ 284,1 bilhões no segundo trimestre de 2023. Na comparação interanual, o crescimento real foi significativo: 7,2%, ou, em termos absolutos, em torno de R\$ 19 bilhões a mais em circulação na economia. Isso reforça a tendência de manutenção de uma trajetória de recuperação da renda média nacional, mostrada no gráfico 9, ainda que tenha havido uma desaceleração em relação ao trimestre anterior, cuja variação atingida havia sido de 10,8%. Essa diminuição no ritmo de crescimento interanual pode ser atribuída tanto à estabilidade da renda quanto à variação inferior da população ocupada, conforme visto anteriormente.²²



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Valores deflacionados para maio de 2023.

2. R\$ em valor absoluto.

Para a conferência da dinâmica da renda por vínculo de ocupação, a tabela 7 mostra que o grupo dos empregadores segue com o rendimento médio mensal bem superior aos demais, com R\$ 7.774, mais que o dobro da média nacional. Essa diferença se elevou ainda mais no segundo trimestre de 2023, após registrar crescimento interanual de 17,9%. Vale lembrar também, conforme mostrado na tabela 1, que esse grupo é o menos numeroso, representando menos de 5% do total dos ocupados no país. Entre os demais grupos, os assalariados

22. Para uma análise da variação trimestral por faixa de rendimento, ver Carvalho (2023).

formais (dos setores público e privado), que congrega quase 50% dos ocupados, também recebem acima da média nacional, com R\$ 3.218, embora tenha mostrado a menor taxa de crescimento entre os grupos e com desaceleração em relação ao trimestre anterior.²³ Para uma decomposição desse grupo entre setores público e privado, os assalariados do primeiro tiveram elevação na renda média na renda de 4,0%, o que pode ser resultante do reajuste concedido pelo governo federal, enquanto para os assalariados do setor privado a elevação foi de 3,4%, como demonstrou Carvalho (2023). O menor rendimento médio mensal segue por conta dos assalariados informais, com R\$ 1.756, que obteve taxa de crescimento interanual de 6,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os trabalhadores por conta própria também tiveram crescimento interanual significativo da renda, 7,6%, fechando o trimestre com a média mensal no valor de R\$ 2.395.

TABELA 7
Rendimento real médio do trabalho e variação anual, por posição na ocupação

	Assalariados (com carteira assinada)	Assalariados (sem carteira assinada)	Conta própria	Empregador	Média total
Valores absolutos (R\$)					
2º trim. 2018	3.310,2	1.532,5	2.215,2	7.361,7	2.839,0
2º trim. 2019	3.307,0	1.555,2	2.180,9	7.641,5	2.831,7
2º trim. 2020	3.445,4	1.678,9	2.296,6	8.156,1	3.025,6
2º trim. 2021	3.329,4	1.647,0	2.178,1	7.284,5	2.841,3
2º trim. 2022	3.102,7	1.643,6	2.226,7	6.695,4	2.698,3
2º trim. 2023	3.218,4	1.756,1	2.395,0	7.774,1	2.872,8
Taxa de variação interanual (%)					
2º trim. 2018	1,8	5,9	2,5	3,2	2,3
2º trim. 2019	-0,1	1,5	-1,5	3,8	-0,3
2º trim. 2020	4,2	8,0	5,3	6,7	6,8
2º trim. 2021	-3,4	-1,9	-5,2	-10,7	-6,4
2º trim. 2022	-6,8	-0,2	2,2	-9,5	-4,7
2º trim. 2023	3,7	6,9	7,6	17,9	6,5

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

Obs.: Valores deflacionados para fevereiro de 2023.

As tabelas 8 e 9 complementam a análise salarial desagregada por diferentes recortes regionais e populacionais. Todos os segmentos definidos mantiveram a trajetória de crescimento, ainda que na maioria deles tenha se verificado desaceleração quanto ao trimestre anterior.

23. Para verificar os valores e as taxas de crescimento sequenciais por trimestre, ver Carvalho (2023).

Em termos regionais, o Centro-Oeste registrou o maior rendimento médio no segundo trimestre de 2023, com R\$ 3.396, seguido pelo Sudeste, R\$ 3.299. A região Nordeste manteve-se com a menor média, única abaixo dos R\$ 2 mil. Em contrapartida, o Nordeste apresentou crescimento interanual de 7,5%, superado apenas pelo Centro-Oeste, com 9,1%. A região Sul, por sua vez, apresentou a menor taxa de crescimento interanual, com 4,9%.

Entre as regiões metropolitanas (RMs), a renda média ficou em R\$ 3.560, contra R\$ 2.434 das não metropolitanas. Essa diferença observada para o segundo trimestre de 2023 foi superior quando se compara ao mesmo período anterior, dado que a taxa de variação foi maior para as áreas metropolitanas, 7,8%; contra 4,5% das não metropolitanas.

No recorte por gênero, nota-se que entre os homens a média dos rendimentos ficou em R\$ 3.196, enquanto entre as mulheres, o valor foi cerca de 30% menor, finalizando o período na marca de R\$ 2.551. No entanto, a taxa de crescimento da renda das mulheres nesse trimestre foi superior à dos homens, 7,3% contra 5,7%, indicando uma leve diminuição na desigualdade de gênero dos rendimentos em relação ao mesmo período do ano anterior. Esses dados são próximos àqueles registrados por posição no domicílio, em que os indivíduos considerados chefes de domicílio são, em sua maioria, homens.

A desigualdade de rendimentos também é verificada no recorte racial. A renda média mensal de trabalhadores brancos ficou em R\$ 3.734, enquanto entre os não brancos (pretos, pardos e indígenas) o valor foi de R\$ 2.250. Ou seja, a renda média desse último grupo refere-se a menos de dois terços do rendimento médio dos brancos. No tocante à variação interanual nesse último trimestre, houve certa vantagem para o grupo de trabalhadores não brancos (7,6% e 5,4%, respectivamente), o que contribuiu para uma diminuição, ainda que tímida, dessa desigualdade no período.

Na abertura por idade, verifica-se um escalonamento das médias, que vai de R\$ 1.633 no grupo de 18 a 24 anos, até R\$ 3.374 para o de 60 anos ou mais. Quanto ao crescimento interanual, o maior valor ficou por conta do grupo dos jovens (de 18 a 24 anos), que registrou 6,2%. Para os trabalhadores de 40 a 59 anos, que vinham mostrando as menores taxas até então, houve aumento de cerca de 5,8% no início de 2023.

Escalonamento semelhante também se nota no recorte por escolaridade, em que a menor média de renda foi para os trabalhadores com ensino fundamental incompleto, R\$ 1.625, enquanto a média para aqueles com ensino superior ficou em R\$ 5.231. Esses grupos tiveram respectivamente a maior e a terceira maior taxa de crescimento, com 7,5% e 5,1%, respectivamente. A menor taxa observada ocorreu entre os trabalhadores com ensino médio completo, com 3,5%, o que indica desaceleração em relação ao trimestre anterior, cujo crescimento foi de 5,1%.

TABELA 8
Rendimento real médio desagregado

Recortes de análise	Rendimento médio mensal (R\$)			Taxa de variação interanual (%)		
	2º trim. 2021	2º trim. 2022	2º trim. 2023	2º trim. 2021	2º trim. 2022	2º trim. 2023
Centro-Oeste	3.203	3.112	3.396	-2,0	-2,8	9,1
Nordeste	1.964	1.847	1.986	-9,0	-5,9	7,5
Norte	2.134	2.154	2.316	-10,3	1,0	7,5
Sudeste	3.325	3.130	3.299	-6,7	-5,9	5,4
Sul	3.177	3.033	3.182	-3,2	-4,5	4,9
RM	3.530	3.303	3.560	-7,5	-6,4	7,8
Não RM	2.405	2.328	2.434	-5,8	-3,2	4,5
Masculino	3.154	3.025	3.196	-6,8	-4,1	5,7
Feminino	2.529	2.377	2.551	-5,7	-6,0	7,3
Branco	3.744	3.542	3.734	-6,5	-5,4	5,4
Não branco (PPI)	2.162	2.091	2.250	-5,3	-3,3	7,6
De 14 a 24 anos	1.599	1.538	1.633	0,9	-3,8	6,2
De 25 a 39 anos	2.771	2.746	2.912	-7,8	-0,9	6,0
De 40 a 59 anos	3.345	3.141	3.324	-5,0	-6,1	5,8
Mais de 59 anos	3.695	3.229	3.374	-8,3	-12,6	4,5
Chefe de família	2.441	2.440	2.594	-8,0	0,0	6,3
Não chefe de família	3.397	3.110	3.296	-4,9	-8,5	6,0
Fundamental incompleto	1.512	1.513	1.625	-4,3	0,0	7,5
Fundamental completo	1.772	1.787	1.867	-7,8	0,8	4,5
Médio incompleto	1.655	1.619	1.716	-7,8	-2,2	6,0
Médio completo	2.104	2.099	2.172	-7,7	-0,2	3,5
Superior	5.275	4.978	5.231	-5,3	-5,6	5,1
Brasil	2.897,6	2.750,2	2.921,3	-6,4	-5,1	6,2

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

Obs.: Valores deflacionados para fevereiro de 2023.

Quanto à desagregação setorial dos rendimentos, é importante mencionar que, durante o período da pandemia (2020 e início de 2021), as atividades mais dependentes da circulação de pessoas (transporte, serviços pessoais e coletivos, alojamento e alimentação, comércio, construção civil) foram aquelas com maior queda da renda, e justamente esse impacto maior explica a recuperação desses setores após a segunda metade de 2021. Esse padrão permanece ao longo de 2022, ou seja, setores com maior grau de formalização e com trabalhadores mais qualificados apresentaram maior queda da renda e menor recuperação (Carvalho, 2023). Nessa perspectiva, a tabela 9 apresenta tanto os valores médios reais quanto o crescimento interanual do rendimento médio mensal por setores de atividade.

TABELA 9
Rendimento médio real, por setor de atividade

Setores de atividade	Trimestres			
	2º trim. 2020	2º trim. 2021	2º trim. 2022	2º trim. 2023
	Rendimento médio mensal (R\$)			
Agropecuária	1.566,2	1.521,2	1.609,8	1.743,0
Indústria ¹	3.198,3	2.830,5	2.648,2	2.774,7
Construção civil	2.440,6	2.070,7	2.181,8	2.356,1
Comércio	2.421,8	2.222,5	2.247,5	2.418,4
Serviços profissionais ²	4.165,1	4.250,0	4.049,5	4.274,7
Transporte	2.878,1	2.563,7	2.716,3	2.742,1
Serviços pessoais e coletivos ³	1.749,8	1.542,5	1.609,1	1.668,8
Administração pública	5.433,7	5.474,0	4.859,3	5.073,7
Educação e saúde	4.337,4	4.280,8	3.772,0	3.976,3
Alojamento e alimentação	1.893,4	1.670,2	1.756,8	1.907,3
	Taxa de variação interanual (%)			
Agropecuária	3,0	-2,9	5,8	8,3
Indústria ¹	10,1	-11,5	-6,4	4,8
Construção civil	8,6	-15,2	5,4	8,0
Comércio	4,8	-8,2	1,1	7,6
Serviços profissionais ²	0,4	2,0	-4,7	5,6
Transporte	0,5	-10,9	6,0	1,0
Serviços pessoais e coletivos ³	9,1	-11,8	4,3	3,7
Administração pública	-1,2	0,7	-11,2	4,4
Educação e saúde	2,7	-1,3	-11,9	5,4
Alojamento e alimentação	6,2	-11,8	5,2	8,6

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Inclui indústria de transformação, indústria extrativa e Siup.

² Serviços profissionais: informática, comunicação, atividades financeiras, imobiliárias e administrativas.

³ Serviços pessoais e coletivos: serviços pessoais, artes, cultura, esporte, recreação e serviços domésticos.

Obs.: Valores deflacionados para fevereiro de 2023.

De antemão, todos os setores listados tiveram aumento real de renda no segundo trimestre de 2023, na comparação interanual. As maiores taxas de crescimento foram referentes aos setores de alojamento e alimentação (8,6%) e de agropecuária (8,3%), que são justamente os setores com os menores rendimentos médios mensais (ambos abaixo de R\$ 2 mil). Os setores de construção civil e comércio também obtiveram crescimento significativo da renda média nesse trimestre (8,0% e 7,6%). Pode-se dizer que o componente intrassetorial de variação da ocupação, conforme discutido ao fim da seção 4, explica a elevação relativamente mais robusta da renda para esses setores, uma vez que todos eles apresentaram crescimento mais forte na parcela formal de sua força de trabalho, cujas médias salariais são mais elevadas que na sua contraparte informal.

Por sua vez, a título de nota, os trabalhadores do transporte foram os que mostraram o menor crescimento médio mensal da renda habitual (1,0%) para o período, o que representou uma desaceleração substantiva em relação ao trimestre imediatamente superior.

6 FAIXAS DE RENDIMENTOS E DESIGUALDADE SALARIAL

O rendimento dos trabalhadores é um indicador muito utilizado para inferir sobre nível de bem-estar na sociedade. Para que a evolução do rendimento reflita a variação do poder de compra do trabalhador, são utilizados índices de preço ao consumidor para deflacionar esses dados a fim de melhor poder compará-los ao longo de um determinado período.

Apesar disso, a análise das médias nacionais, embora seja útil para identificar trajetórias agregadas da estrutura laboral e seus efeitos na macroeconomia, contém algumas limitações quando se tem em conta uma população bastante desigual como a brasileira. O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda mostra que a evolução dos índices de preço relevantes para segmentos distintos da população pode apresentar diferenças significativas quando se leva em consideração padrões de consumo por faixa de renda.

Com base nesse entendimento, buscou-se verificar o comportamento recente da renda média do trabalho entre diferentes parcelas populacionais. Para isso, foram definidas seis faixas, escaladas de forma ascendente da faixa 1 – trabalhadores de menor renda – até a faixa 6 – trabalhadores de maior renda. A tabela 10 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, de acordo com a renda domiciliar mensal, a preços de janeiro de 2009, período de referência da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2008-2009. Esses valores são atualizados com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a preços de maio de 2023.

TABELA 10
Faixas de renda média mensal domiciliar: rendimentos habituais do trabalho

Faixas de renda	Renda domiciliar (jan. 2009)	Renda domiciliar (maio 2023)
Renda muito baixa	Menor que R\$ 900	Menor que R\$ 1.650,50
Renda baixa	Entre R\$ 900 e R\$ 1.350	Entre R\$ 1.650,50 e R\$ 2.471,09
Renda média-baixa	Entre R\$ 1.350 e R\$ 2.250	Entre R\$ 2.471,09 e R\$ 4.127,41
Renda média	Entre R\$ 2.250 e R\$ 4.500	Entre R\$ 4.127,41 e R\$ 8.254,83
Renda média-alta	Entre R\$ 4.500 e R\$ 9.000	Entre R\$ 8.254,83 e R\$ 16.509,66
Renda alta	Maior que R\$ 9.000	Maior que R\$ 16.509,66

Fonte: Carvalho (2023).

De forma complementar, a tabela 11 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda a partir do quarto trimestre de 2019 (imediatamente anterior à pandemia). Os dados atentam para o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho devido à pandemia, que saltou de 22,2% no quarto trimestre de 2019 para 28,6% no segundo de 2020. A proporção

de domicílios sem renda do trabalho ainda apresentou estabilidade entre o quarto trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021, refletindo a lenta recuperação do nível de ocupação aos patamares anteriores à pandemia. No segundo trimestre de 2021, iniciou-se uma queda, refletindo a recuperação da população ocupada. Por sua vez, no primeiro trimestre de 2023, a proporção de domicílios sem renda do trabalho subiu novamente em relação ao trimestre anterior, de 22,1% para 23,5%, e fechou a série em leve desaceleração com 23,3%. Nos demais grupos, houve aumento no segundo trimestre de 2023 da proporção de domicílios nas faixas de renda mais baixa (faixas 1, 2 e 3), enquanto as faixas de maior renda (4, 5 e 6) diminuíram. Tais evidências reforçam a importância de políticas efetivas de transferência de renda e assistência social, aliadas à geração de novas oportunidades de trabalho e renda em todo o país.

TABELA 11

Proporção de domicílios, por faixa de renda (4º trim. 2019-2º trim. 2023)
(Em %)

Trimestre								Total
	Sem renda	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6	
4º trim. 2019	22,2	29,1	11,6	17,1	12,8	4,7	2,7	100,0
1º trim. 2020	22,4	26,3	12,9	15,8	14,2	5,8	2,8	100,0
2º trim. 2020	28,6	28,0	10,5	15,0	11,3	4,5	2,1	100,0
3º trim. 2020	28,0	28,7	10,8	14,9	11,0	4,5	2,1	100,0
4º trim. 2020	25,6	27,6	12,7	14,9	11,9	5,0	2,4	100,0
1º trim. 2021	25,6	27,1	12,1	14,9	12,6	5,4	2,5	100,0
2º trim. 2021	24,5	28,8	12,9	14,7	12,1	5,0	2,1	100,0
3º trim. 2021	23,0	29,9	11,9	16,4	12,0	4,8	2,0	100,0
4º trim. 2021	22,2	28,9	12,7	16,3	12,9	5,0	2,0	100,0
1º trim. 2022	23,4	26,4	12,7	15,7	14,0	5,7	2,3	100,0
2º trim. 2022	22,2	27,4	13,2	16,5	13,4	5,2	2,1	100,0
3º trim. 2022	22,0	26,6	13,1	16,5	13,8	5,6	2,3	100,0
4º trim. 2022	22,1	25,5	12,7	16,5	14,6	6,0	2,5	100,0
1º trim. 2023	23,5	26,7	12,1	15,3	14,0	6,0	2,4	100,0
2º trim. 2023	23,3	28,2	12,5	15,7	13,3	5,1	1,9	100,0

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

A tabela 12 mostra o crescimento anual da renda domiciliar habitual por faixa de renda. Também é válido mencionar que, durante 2020 e 2021, em função dos impactos da pandemia de covid-19 sobre a economia brasileira, a variação desse indicador foi marcada por algumas especificidades conjunturais. Por exemplo, houve o efeito composição do mercado de trabalho nesse período, em que a perda de ocupações foi mais forte entre trabalhadores da base salarial, sobretudo informais de menores ganhos e jornadas mais erráticas, o que fez com que a renda média se elevasse entre as faixas mais baixas (Silva, Corseuil e Costa, 2022). Logo, entre o

segundo trimestre de 2020 e o primeiro de 2021, os domicílios de renda mais baixa apresentaram maior crescimento (ou menor queda) na renda domiciliar média, até que o retorno ao padrão anterior foi eliminando esse efeito. Enquanto isso, foram os domicílios de renda mais alta que tiveram a maior redução proporcional na renda domiciliar média do trabalho ao longo de 2021. Para o segundo trimestre de 2023, todas as faixas de renda domiciliares consideradas neste estudo mostraram crescimento interanual da renda de, no mínimo, 3%, sendo maior na faixa de renda mais alta (8,2%, faixa 6) e menor na faixa de renda média (3,1%, faixa 4). Em que pese o fato dos números demonstrarem certa desaceleração nas taxas de crescimento em quase todas as faixas (exceção da faixa 5) em relação ao trimestre anterior, esses resultados reforçam a evidência de recuperação recente da renda média domiciliar no país. Os valores absolutos variam no trimestre mais recente entre R\$ 1.298,5 (faixa 1) até R\$ 34.852,6 (faixa 6).

TABELA 12
Rendimento médio mensal real domiciliar,¹ por faixa de renda

Trimestre	Valores absolutos (R\$)					
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2º trim. 2019	1.286,0	2.625,4	4.049,2	7.134,4	13.990,1	35.524,8
2º trim. 2020	1.504,9	2.881,7	4.304,8	7.431,1	14.439,7	34.719,0
2º trim. 2021	1.301,2	2.650,2	4.034,9	7.024,7	13.701,3	32.132,5
2º trim. 2022	1.251,5	2.575,3	3.978,4	6.933,9	13.389,1	32.223,8
1º trim. 2023	1.304,3	2.596,2	3.927,0	6.603,1	12.668,5	31.107,3
2º trim. 2023	1.298,5	2.696,0	4.110,5	7.150,9	14.034,7	34.852,6
Trimestre	Taxa de variação interanual (%)					
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2º trim. 2019	-0,7	-0,3	1,4	2,7	2,1	1,1
2º trim. 2020	17,0	9,8	6,3	4,2	3,2	-2,3
2º trim. 2021	-13,5	-8,0	-6,3	-5,5	-5,1	-7,5
2º trim. 2022	-3,8	-2,8	-1,4	-1,3	-2,3	0,3
1º trim. 2023	4,4	5,3	4,8	3,9	4,4	8,8
2º trim. 2023	3,8	4,7	3,3	3,1	4,8	8,2

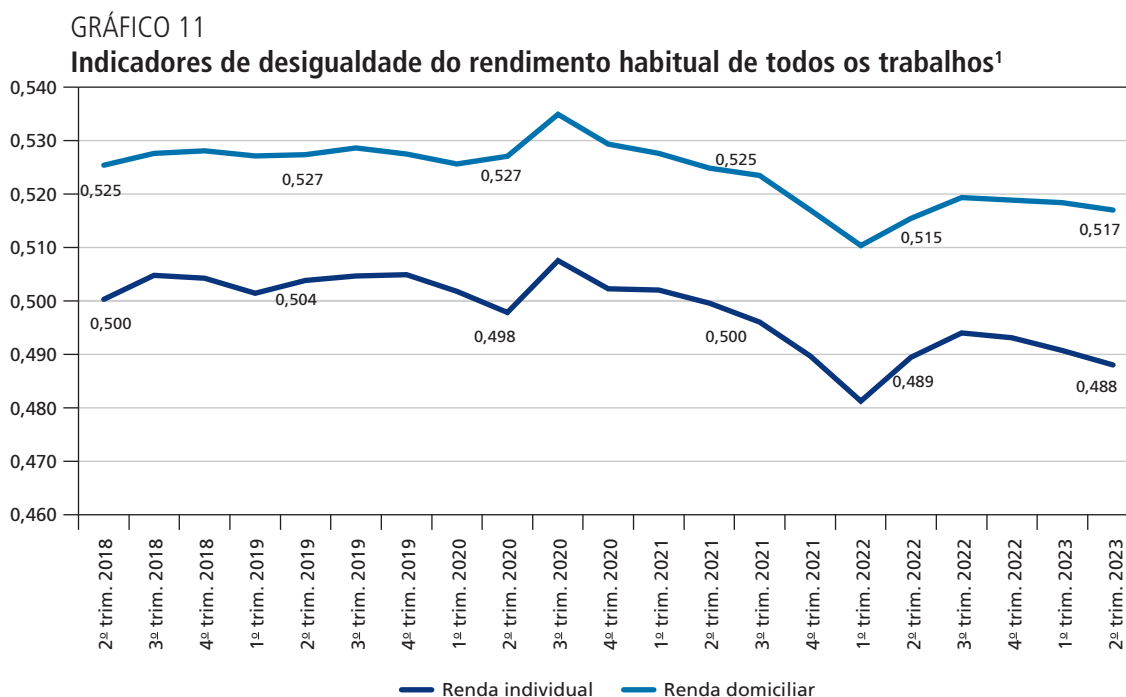
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Renda habitual.

Na sequência, o gráfico 11 mostra a evolução do índice de Gini das rendas individuais e domiciliares do trabalho no Brasil. Comparado ao menor valor observado pela PNAD Contínua, o índice da renda domiciliar subiu de 0,508, no quarto trimestre de 2014, para 0,535, no terceiro trimestre de 2020. No caso da renda individual, o mesmo índice subiu de 0,486, no segundo trimestre de 2016, para 0,508, no terceiro trimestre de 2020. Após o pico

de desigualdade causado pela pandemia, o índice se reduziu continuamente até o primeiro trimestre de 2022. O segundo trimestre de 2022 indicou reversão da queda da desigualdade da renda observada. Para os dados mais recentes, observou-se novamente no segundo trimestre de 2023 uma ligeira queda no índice de Gini tanto da renda domiciliar quanto da individual, que fecharam a série em 0,517 e 0,488, respectivamente.²⁴



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Índice de Gini das rendas individual e domiciliar.

Ambos os índices plotados no gráfico 11, referentes às rendas domiciliar e individual, podem ser considerados altos em relação ao padrão internacional, o que evidencia o cenário desigual de distribuição de renda do trabalho no Brasil (PNUD, 2019).

Quando se verifica por tipo de vínculo, os dados apresentados por Carvalho (2023) demonstram que a trajetória do Índice de Gini da renda do trabalho se mantém elevada entre trabalhadores por conta própria (0,506), assalariados privados informais (0,488) e assalariados do setor público (0,464), de acordo com os dados do segundo trimestre de 2023. Os assalariados formais mantêm-se em uma faixa de menor desigualdade, finalizando a série com 0,369. Vale destacar ainda que todos os grupos apresentaram ligeira retração nos seus respectivos índices, com exceção dos conta própria que se mantiveram praticamente no mesmo patamar.

24. Em outra medida, Carvalho (2023) demonstrou que a renda domiciliar do trabalho da faixa de renda alta era 28,5 vezes maior que a da faixa de renda muito baixa.

Desse modo, os dados de rendimento analisados nesta seção indicam, de forma geral, recuperação dos valores médios (domiciliares e individuais), mas com desaceleração no ritmo observado à medida que os efeitos da pandemia sobre a economia brasileira foram se arrefecendo. Ademais, os diferentes recortes possíveis de verificação demonstram que ainda há grande disparidade interna na distribuição dos rendimentos do trabalho, além de o país possuir um grau de desigualdade de rendimentos historicamente elevado para os padrões internacionais, muito em função da própria heterogeneidade e da alta informalidade no conjunto dos vínculos laborais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo visou situar os principais indicadores da conjuntura atual e da dinâmica recente do mercado de trabalho no Brasil, tendo como referência a divulgação dos dados até o segundo trimestre de 2023 pelo IBGE, complementados pelos registros administrativos mensais de emprego do MTE.

Em suma, o mercado de trabalho brasileiro segue apresentando uma trajetória de recuperação da ocupação, com quedas seguidas da taxa de desemprego. Essa trajetória vem acompanhada de outras informações importantes nas comparações com o mesmo período do ano anterior: de um lado, ritmo mais intenso das contratações com registros formais, com crescimento superior ao da população ocupada como um todo; de outro, queda nas taxas de subocupação por insuficiência de horas, inatividade por desalento e desemprego de longo prazo. Tais resultados são relevantes também para a aproximação das metas de trabalho decente contidas na agenda dos ODS, a serem alcançadas até 2030, às quais o Brasil é signatário.²⁵

Os dados de renda média do trabalho também mostraram que o ritmo de recuperação tem se mantido no segundo trimestre de 2023 na comparação interanual, com crescimento real de 6,2%, fechando a série em R\$ 2.921,3. Todas as regiões e todos os recortes populacionais analisados compartilharam dessa elevação, ainda que com diferenças marcantes em cada segmento e setores de atividade. A massa de rendimentos real teve crescimento interanual de 7,2%, alcançando a soma de R\$ 284,1 bilhões (acréscimo de R\$ 19 bilhões em relação ao segundo trimestre de 2022).

Os dados analisados também evidenciaram problemas estruturais do mercado de trabalho brasileiro. Em que pese a recuperação recente, o número de pessoas em situação de desemprego involuntário ainda é elevado, 8,6 milhões, destes, em torno de 3 milhões estão em tal condição há mais de um ano. Outras 3,5 milhões de pessoas encontram-se fora da força de trabalho por desalento, isto é, quando desistiram de buscar emprego, além de uma quantidade preocupante de jovens que não trabalham nem estudam, devido a uma série de fatores bastante investigados na literatura. Adicionalmente, após uma sequência de queda até atingir os níveis pré-pandemia, no segundo trimestre de 2023, a proporção de domicílios sem renda do trabalho ficou em 23,3% (contra 22,1% no fim de 2022), praticamente estável em relação ao trimestre anterior.

25. As metas relativas a trabalho estão reunidas no ODS 8, que trata do objetivo de promoção do trabalho decente e desenvolvimento econômico e reúne um conjunto de metas voltadas a "promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos" (Ipea, 2018, p. 197).

Há também uma parcela significativa da população que segue em ocupações precárias, baseadas em relações informais de trabalho, desconectadas do sistema público de proteção previdenciária e dos diversos tipos de garantia previstos na lei trabalhista (férias remuneradas, décimo-terceiro salário, seguro-desemprego, abono salarial, transporte, refeição etc.). Vale mencionar que tanto o vínculo do indivíduo com o posto de trabalho quanto a massa de rendimentos em circulação derivada do trabalho informal são bastante sensíveis a flutuações da atividade econômica e às condições gerais da economia, como ficou evidente, de forma bastante perversa, com os efeitos da pandemia de covid-19 na sociedade brasileira em 2020 e 2021.

Por fim, as desigualdades evidenciadas sob variados recortes sociopopulacionais (região, gênero, raça, faixa etária, escolaridade), em termos de oportunidades de inclusão produtiva e de rendimento médio mensal auferido no trabalho, persistem enquanto principais desafios a serem enfrentados no horizonte estratégico de desenvolvimento para o país.

Logo, permanece em todo o país uma demanda forte por novas oportunidades de emprego e geração de renda a ser atendida, conectadas às instituições de proteção social e previdenciária. O desafio que se coloca está em conseguir atender essa demanda nacional de forma consistente e com qualidade, de modo a proporcionar níveis dignos de rendimento para o bem-estar das unidades familiares.²⁶

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. J. Estagnação desigual: desemprego, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho no período recente (2012-2019). **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 67, p. 59-70, out. 2019. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/191101_bmt_67_nt_estagnacao_desigual_desemprego.pdf.

CARVALHO, S. S. de. *et al.* Análise das transições no mercado de trabalho brasileiro no período da Covid-19. **Carta de Conjuntura**, n. 49, nota 12, out.-dez. 2020.

CARVALHO, S. S. de. Retrato dos rendimentos do trabalho: resultados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2023. **Carta de Conjuntura**, n. 60, nota 22, jul.-set. 2023. Disponível em: Retrato dos rendimentos do trabalho – resultados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2023 | Carta de Conjuntura (ipea.gov.br).

CIRÍACO, J. da S. *et al.* Juventude e exclusão social: uma análise sobre os fatores determinantes da condição de nem-nem no Brasil urbano. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 74, p. 31-48, out. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11651>.

CORSEUIL, C. H.; RUSSO, F. A redução no número de entrevistas na PNAD Contínua durante a pandemia e sua influência para a evolução do emprego formal. **Carta de Conjuntura**, n. 50, nota 22, jan.-mar. 2021. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/03/a-reducao-no-numero-de-entrevistas-na-pnad-continua-durante-a-pandemia-e-sua-influencia-para-a-evolucao-do-emprego-formal/>.

26. Para mais informações sobre políticas de proteção social associadas ao mercado de trabalho no Brasil, ver capítulos de trabalho e renda e de previdência social em Ipea (2022).

CORSEUIL, C. H. *et al.* **A dinâmica do emprego setorial no último biênio.** Brasília: Ipea, jan. 2022. (Nota Técnica Disoc, n. 99). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10898/2/NT_99_Disoc_A_Dinamica_do_emprego.pdf.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **ODS:** metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8855/1/Agenda_2030_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **ODS 8:** promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos – o que mostra o retrato do Brasil. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods8.html>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise.** Brasília, n. 27, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10273>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Trabalho e renda. **Políticas sociais: acompanhamento e análise.** Brasília, n. 29, p. 1-38, 2022. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=39098&Itemid=9.

LAMEIRAS, M. A. P. *et al.* Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas. **Carta de Conjuntura**, n. 59, nota 28, abr.-jun. 2023.

NOGUEIRA, M. O. Infinitos tons de cinza: entre o formal e o informal, o Brasil se faz no semiformal. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 64, p. 87-97, abr. 2018. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/180502_bmt_64_07_politica1.pdf.

NOGUEIRA, M. O.; CARVALHO, S. S. de. **Trabalho precário e informalidade:** desprecarizando suas relações conceituais e esquemas analíticos. Rio de Janeiro: Ipea, dez. 2021. (Texto para Discussão, n. 2707). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10948>.

OLIVEIRA, A. S. de; SILVA, S. P. **Trabalhadores em contrato intermitente no Brasil:** evolução, cenários e perfil dos contratados pós-reforma trabalhista de 2017. Brasília: Ipea, 2023. (Texto para Discussão, n. 2898).

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento humano 2019:** além do rendimento, além das médias, além do presente – desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Nova York: PNUD, 2019. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr2019ptpdf.pdf>.

SILVA, S. P. **A inclusão produtiva como eixo de política de proteção social:** contexto latino-americano e questões para a realidade brasileira. Brasília: Ipea, 2020. (Texto para Discussão, n. 2605). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10293/1/td_2605.pdf.

SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil:** organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10363>.

SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H.; COSTA, J. S. (Org.). **Impactos da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil**. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11561>.

SILVA, S. P. *et al.* **Conjuntura do mercado do trabalho no Brasil**: análise dos dados até o primeiro trimestre de 2023. Brasília: Ipea, 2023. (Nota Técnica Disoc, n. 108). Disponível em: [NT_108_Disoc_Conjuntura.pdf](#) (ipea.gov.br).